

UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.
Balanços Patrimoniais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2017	2016 (Reapresentado)
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	(5)	11.940	12.258
Dividendos e juros sobre capital próprio		-	707
Total do circulante		11.940	12.965
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar	(6)	3.514	2.991
Depósitos judiciais	(7)	12	12
Investimento em controlada	(8)	49.605	49.181
Intangível	(9)	19.601	19.601
Total do não circulante		72.732	71.785
TOTAL DO ATIVO		84.672	84.750
Passivo			
Circulante			
Dividendos e juros sobre capital próprio	(11.e)	5.480	4.275
Impostos e contribuições a pagar	(10)	53	86
Contas a pagar		13	11
Total do circulante		5.546	4.372
Não circulante			
Depósitos judiciais		12	12
Total do não circulante		12	12
TOTAL DO PASSIVO		5.558	4.384
Patrimônio líquido	(11)		
Capital social		49.646	49.646
Reservas de lucros		24.501	23.927
Dividendo adicional proposto		5.171	6.570
Outros resultados abrangentes		(204)	223
Total do patrimônio líquido		79.114	80.366
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		84.672	84.750

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.
Demonstrações do resultado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

		2017	2016
	Nota		(Reapresentado)
Resultado de equivalência patrimonial	(8)	10.953	9.964
Despesas administrativas	(14)	(593)	(371)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas de impostos		10.360	9.593
Juros Selic s/ créditos fiscais		220	296
Rendimento s/ títulos de renda fixa		653	781
Outros resultados financeiros		(22)	-
Receita (despesas) financeiras líquidas	(13)	851	1.077
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		11.211	10.670
Lucro líquido básico por ação (em R\$)		0,21380	0,20348

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.
Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	2017	2016 (Reapresentado)
Lucro do líquido do exercício	11.211	10.670
Outros resultados abrangentes reflexos		
Ganho/ perda atuarial de Plano de benefícios	(648)	369
Tributos sobre ganhos atuariais	221	(126)
Outros resultados abrangentes reflexos, líquidos de impostos	(427)	243
Total de resultados abrangentes reflexos do exercício, líquidos de impostos	10.784	10.913

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido****para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016****(Valores expressos em milhares de reais)**

	Capital Social	Reserva de Lucros		Dividendos Adicionais Propostos	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total
		Reserva de Lucros a realizar	Reserva Legal				
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (Reapresentado)	49.646	16.512	7.415	3.500	(20)	-	77.053
Aprovação da proposta de dividendos adicionais				(3.500)			(3.500)
Ganhos líquidos s/ ativos atuariais					243		243
Lucro líquido do exercício						10.670	10.670
Reserva legal			533			(533)	-
Reserva de lucros a realizar		(533)				533	-
Juros sobre capital próprio deliberados						(4.100)	(4.100)
Dividendos propostos				6.570		(6.570)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (Reapresentado)	49.646	15.979	7.948	6.570	223	-	80.366
Aprovação da proposta de dividendos adicionais				(6.570)			(6.570)
Ganhos líquidos s/ ativos atuariais					(427)		(427)
Constituição de reserva - efeito dividendos prescritos na investida		14					14
Lucro líquido do exercício						11.211	11.211
Reserva legal			560			(560)	-
Juros sobre capital próprio deliberados						(5.480)	(5.480)
Dividendos propostos				5.171		(5.171)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	49.646	15.993	8.508	5.171	(204)	-	79.114

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.
Demonstrações do fluxo de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	2017	2016
		(Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos	11.211	10.670
Ajustes para:		
Juros e variações monetárias	(198)	(296)
Despesas com tributos	355	377
Resultado da equivalência patrimonial	(10.953)	(9.964)
	415	787
Aumento (redução) de Ativos e Passivos	(204)	1.239
Tributos retidos s/ serviços tomados	(207)	(186)
Restituição de crédito fiscais da Receita Federal	-	1.458
Contas a pagar	3	(33)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	211	2.026
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Dividendos recebidos	6.893	7.330
JCP recebidos	3.445	2.121
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento	10.338	9.451
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	(6.767)	(3.944)
Pagamento de juros sobre capital próprio	(4.100)	(2.500)
Fluxo de caixa decorrente das atividades de financiamento	(10.867)	(6.444)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalente de caixa	(318)	5.033
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12.258	7.225
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	11.940	12.258

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.
Demonstrações do valor adicionado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	2017	2016 (Reapresentado)
Receitas	-	-
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, serviços de terceiros e outros	(593)	(371)
Valor adicionado bruto	(593)	(371)
Retenções	-	-
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	(593)	(371)
Valor adicionado recebido em transferência	11.804	11.041
Receitas financeiras	851	1.077
Equivalência patrimonial	10.953	9.964
Valor adicionado total a distribuir	11.211	10.670
Distribuição do valor adicionado	11.211	10.670
Impostos, taxas e contribuições	-	-
Remuneração de capitais próprios	11.211	10.670
Juros sobre capital próprio	5.480	4.100
Dividendos	5.171	6.570
Lucros retidos	560	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Uptick Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, de capital aberto, constituída em 8 de setembro de 1997, e tem por objeto social a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia, quotista ou consorciada.

A Companhia possui 5,8192% do capital total da controlada em conjunto Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN ("COSERN"), sociedade por ações de capital aberto, concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo administrar sistemas de produção, transmissão, distribuição ou comercialização de energia pertencentes ao Estado, à União ou a Municípios, prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação, organizar subsidiárias, incorporar ou participar de outras empresas e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia.

A COSERN detém junto a ANEEL, a seguinte concessão:

<u>Distribuição</u>	<u>Municípios</u>	<u>Localidades</u>	<u>Data da concessão</u>	<u>Data de vencimento</u>
COSERN	167	Estado do Rio Grande do Norte	31/12/97	30/12/27

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1. Base de apresentação

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como certos ativos e instrumentos financeiros, que podem ser apresentados pelo valor justo.

A apresentação das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 22 de março de 2018.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional"). Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda ("*impairment*") é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

3. Resumo das Políticas Contábeis

As principais políticas e práticas contábeis da Companhia estão descritas abaixo e foram aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e nas demonstrações contábeis comparativas.

a. Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros:

Os ativos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia possui os seguintes ativos financeiros:

- i) Registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia estes ativos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Estes ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros que a Companhia tem classificados nesta categoria são saldos bancários e aplicações financeiras (nota 5).

- Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não possui passivos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

b. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras estão classificadas como títulos para negociação, mensuradas ao valor justo por meio do resultado. Estas aplicações financeiras estão registradas ao valor nominal, acrescidos dos rendimentos “pro-rata temporis” até a data do encerramento do exercício, não excedendo ao valor de mercado.

d. Impostos e contribuições a recuperar

São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais.

e. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são realizados para dar curso a discussões judiciais e não estão sendo atualizados monetariamente. São apresentados no ativo na expectativa de que ocorra desfecho favorável para a Companhia.

f. Outros ativos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores de custo e, quando aplicável, incluídos os rendimentos e reduzidos aos valores de realização.

g. Investimento

Entidades controladas em conjunto são aquelas nas quais a Companhia possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime nas decisões estratégicas operacionais.

A participação em controlada em conjunto está avaliada pelo método da equivalência patrimonial. Os dividendos recebidos desta participação são registrados como uma redução do valor do investimento.

Em conformidade com o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia realiza testes anualmente de modo a assegurar que seu investimento esteja registrado contabilmente por valor que não exceda seu valor de recuperação, incluindo a parcela de ágio não amortizado de R\$ 19.601.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

h. Passivo circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

i. Imposto de renda e contribuição social

São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 240 mil ou R\$ 20 mil. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%.

j. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, avaliações de riscos em contingências, provisões para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas trimestralmente.

k. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado – DVA, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis, de acordo com as normas do CPC aplicáveis às companhias abertas, enquanto que para as normas do IFRS, representam informação contábil adicional.

l. Novas normas, interpretações e alterações efetivas a partir de 1º de janeiro de 2018

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Empresa não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) - A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes) - A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América ("U.S. GAAP") quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

IFRS 16 – Leases (Arrendamento mercantil) - Em meados de janeiro de 2016, o IASB aprovou esta norma, que entra em vigor para períodos anuais iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2019, e, em essência, dispõe que todo contrato de arrendamento mercantil, seja ele considerado operacional ou financeiro, deve ser contabilizado reconhecendo ativos e passivos envolvidos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 16 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações;

Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas normas estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor, se aplicável.

Não obstante, a Companhia está avaliando os efeitos que outras normas alteradas e interpretações possam ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações, tais como:

- i) Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.

- ii) Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- iii) Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40).
- iv) Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.
- v) ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento.
- vi) IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

m. Análise do valor de recuperação dos ativos

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

4. Reapresentação dos saldos comparativos

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 da Companhia foram reapresentadas em 13 de setembro de 2017, de forma espontânea, em consonância com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros, de modo a refletir nos balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2016 e 2015 e nas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado dos exercícios findos naquelas datas, os seguintes principais ajustes que foram realizados em sua controlada em conjunto Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN:

- (a) Registro do complemento da atualização do valor justo do ativo financeiro indenizável.
- (b) Efeito do ajuste do passivo atuarial para correção de premissas utilizadas para determinação das taxas de desconto aplicadas nos cálculos das obrigações atuariais dos planos de benefício pós emprego.
- (c) Recálculo dos encargos setoriais em função da alteração da receita operacional líquida.
- (d) Complemento de provisão para contingências civis.
- (e) Baixa de projetos descontinuados, mas que estavam pendentes em 31 de dezembro de 2016.
- (f) Efeitos tributários decorrentes de todos os ajustes efetuados.

Balço patrimonial em 2016			
	Apresentado	Ajuste	Reapresentado
Ativo não circulante			
Investimento em controlada	49.805	(624)	49.181
Total do ativo não circulante	72.409	(624)	71.785
Total do ativo	85.374	(624)	84.750
Passivo circulante			
Dividendos e juros s/ capital próprio a pagar	4.100	175	4.275
Total do passivo circulante	4.197	175	4.372
Total do passivo	4.209	175	4.384
Patrimônio líquido			
Reserva legal	8.000	(52)	7.948
Reserva de lucros a realizar	16.795	(816)	15.979
Outros resultados abrangentes	154	69	223
Total do Patrimônio líquido	81.165	(799)	80.366
Total do passivo e do patrimônio líquido	85.374	(624)	84.750

Demonstração do resultado do exercício em 2016			
	Apresentado	Ajuste	Reapresentado
Resultado de equivalência patrimonial	10.525	(561)	9.964
Lucro líquido do exercício	11.231	(561)	10.670
Lucro líquido básico por ação	0,21418	(0,01070)	0,20348

Demonstração do resultado abrangente em 2016			
	Apresentado	Ajuste	Reapresentado
Lucro líquido do exercício	11.231	(561)	10.670
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos - Reflexo	11.474	(561)	10.913

Demonstração do fluxo de caixa em 2016			
	Apresentado	Ajuste	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	11.231	(561)	10.670
Resultado da equivalência patrimonial	(10.525)	561	(9.964)

	Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 2016						
	Capital Social	Reserva de Lucros		Dividendos propostos	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total
		Reserva de Lucros a Realizar	Reserva Legal				
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (Originalmente apresentado)	49.646	16.795	8.000	6.570	154	-	81.165
Efeito dos ajustes realizados no saldo de abertura		(283)	(24)		69		(238)
Efeito dos ajustes realizados no lucro líquido do exercício						(561)	(561)
Efeito dos ajustes realizados na reserva legal			(28)			28	-
Efeito dos ajustes realizados na reserva de lucros a realizar		(533)				533	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (Reapresentado)	49.646	15.979	7.948	6.570	223	-	80.366

Demonstração do valor adicionado em 2016			
	Apresentado	Ajuste	Reapresentado
Valor adicionado recebido em transferência	11.602	(561)	11.041
Equivalência patrimonial	10.525	(561)	9.964
Valor adicionado total a distribuir	11.231	(561)	10.670
Distribuição do valor adicionado	11.231	(561)	10.670
Remuneração de capitais próprios	11.231	(561)	10.670
Lucros retidos	561	(561)	-

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2017	2016
Aplicações Financeiras de liquidez imediata:		
Fundos de investimento	11.940	12.258
	11.940	12.258

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

As aplicações financeiras consistem em aplicações em fundo de investimento de curto prazo, administrado pela Banco Bradesco S.A. e cuja política de investimento consiste na aplicação de recursos em títulos de renda fixa, com o objetivo de acompanhar a média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) ou à taxa Selic, gerando rentabilidade em nossas aplicações de aproximadamente 101% do CDI.

6. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido correspondentes aos montantes recolhidos, quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras e retenção na fonte referente a serviços prestados.

6.1 Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 os tributos compensáveis são compostos, principalmente, por imposto de renda retido na fonte incidente sobre aplicações financeiras e antecipações de imposto de renda e contribuição social.

Os saldos são compostos como se segue:

	2017	2016
Não circulante		
Imposto de renda	3.327	2.542
Contribuição social	188	449
	3.514	2.991

A Companhia mantém no ativo não circulante os créditos tributários no valor de R\$ 3.514, cuja realização dependerá da geração de lucros tributários futuros.

6.2 Reconciliação dos montantes de contribuição social e impostos de renda registrados nos resultados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	2017		2016 (Reapresentado)	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Alíquota do imposto de renda e contribuição social - Legislação	25%	9%	25%	9%
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	11.211	11.211	10.670	10.670
(+) Adições				
Juros sobre o Capital próprio recebidos	3.222	3.222	3.328	3.328
Subtotal adições	14.433	14.433	3.328	3.328
(-) Exclusões				
Equivalência Patrimonial	(10.953)	(10.953)	(9.964)	(9.964)
Ganho na Variação de Participações Societárias				
Despesa de Juros sobre Capital Próprio	(5.480)	(5.480)	(4.100)	(4.100)
Subtotal exclusões	(16.433)	(16.433)	(14.064)	(14.064)
Prejuízo fiscal	(2.000)	(2.000)	(66)	(66)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	-	-	-	-

7. Depósitos Judiciais

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

	2017	2016
Cíveis	12	12

8. Investimento

a) Movimentação do Investimento na Cia. Energética do Rio Grande do Norte - COSERN

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a participação da Companhia na Controlada em conjunto COSERN, está a seguir demonstrada:

	2017	2016 (Reapresentado)
Valor do investimento no início do exercício	49.181	49.631
Equivalência patrimonial	10.953	9.964
Ganhos líquidos sobre ativos atuariais reflexos	(427)	243
Juros sobre o capital próprio deliberados	(3.223)	(3.328)
Dividendos deliberados	(6.893)	(7.330)
Dividendos prescritos na COSERN	14	-
Valor do investimento no final do exercício	49.605	49.181

b) Informações sobre a Cia. Energética do Rio Grande do Norte - COSERN

	2017	2016 (Reapresentado)
Quantidade de ações da COSERN		
Subscritas e integralizadas	168.074.028	168.074.028
Capital social da COSERN	542.339	179.787
Lucro líquido do exercício	188.278	171.260
Patrimônio líquido no exercício	852.438	845.143
Quantidade de ações possuídas pela Uptick:		
Ordinárias	7.576.650	7.576.650
Preferenciais – Classes A	1.156.609	1.156.609
Preferenciais – Classes B	1.047.352	1.047.352
Subscritas e integralizadas	9.780.611	9.780.611
Participação da Uptick no capital da COSERN		
Capital votante	5,8396%	5,8396%
Capital social	5,8192%	5,8192%

A participação inicial na COSERN foi adquirida por meio de leilão público realizado em 12 de dezembro de 1997 e de leilão especial realizado em 20 de fevereiro de 1998. A Comissão de Valores Mobiliários - CVM deferiu, em 4 de janeiro de 1999, o registro como companhia aberta da COSERN, para negociação dos seus valores mobiliários em bolsa de valores. A Companhia é

controladora em conjunto da COSERN, nos termos do Protocolo de Entendimentos firmado entre os acionistas daquela empresa em 11 de dezembro de 1997.

Em reunião de 11 de julho e 13 de dezembro de 2000, o Conselho de Administração da Companhia aprovou sua participação na 1ª e 2ª Ofertas Públicas de Ações da COSERN, realizadas em 12 de maio e 22 de dezembro de 2000, ofertadas e adquiridas ao preço unitário de R\$ 3,90. Nessas ofertas públicas foram adquiridas 851.280 ações ordinárias e 936.299 ações preferenciais adicionais.

c) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (“JCP”)

A composição analítica dos valores deliberados ou propostos pela Controlada em conjunto COSERN, está a seguir demonstrada:

Deliberações 2017	Ato societário	Tipo de Provento	Valor por ação (em R\$)	Valor bruto
14/03/2017	Assembleia Geral Ordinária	Dividendos adicionais	0,3717426214 ON 0,4089168835 PNA/B	3.718
14/03/2017	Assembleia Geral Ordinária	Dividendos	0,0017236525 ON 0,0018960178 PNA/B	17
30/06/2017	Reunião do Conselho de Administração	JCP(*)	0,1663688116 ON 0,1830056928 PNA/B	1.664
15/09/2017	Reunião do Conselho de Administração	Dividendos	0,3157806819 ON 0,3473587501 PNA/B	3.159
15/09/2017	Reunião do Conselho de Administração	JCP(*)	0,1029574443 ON 0,1132531887 PNA/B	1.030
04/12/2017	Reunião do Conselho de Administração	JCP(*)	0,0527342626 ON 0,0580076889 PNA/B	528
				10.116

(*) Aos montantes de JCP supra citados, incidem a alíquota de 15% de IRRF e resultam no valor líquido de R\$ 2.738.

Deliberações 2016	Ato societário	Tipo de Provento	Valor por ação (em R\$)	Valor bruto
26/04/2016	Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	Dividendos	0,5383171829 ON 0,5921489012 PNA/B	5.384
01/08/2016	Reunião do Conselho de Administração	JCP(*)	0,1663619001 ON 0,1829980901 PNA/B	1.664
01/09/2016	Reunião do Conselho de Administração	Dividendos Intermediários	0,1946207839 ON 0,2140828623 PNA/B	1.946
03/10/2016	Reunião do Conselho de Administração	JCP(*)	0,0831809501 ON 0,0914990451 PNA/B	832
15/12/2016	Reunião do Conselho de Administração	JCP(*)	0,0914990451 ON 0,2140828623 PNA/B	832
				10.658

(*) Aos montantes de JCP supra citados, incidem a alíquota de 15% de IRRF e resultam no valor líquido de R\$ 2.828.

9. Intangível

	2017	2016
Ágio no investimento	19.601	19.601

O ágio tem origem na aquisição do direito de exploração de serviço público de energia elétrica e estava sendo amortizado pelo método linear pelo prazo de 30 (trinta) anos. A partir de 1º de janeiro de 2009, conforme determinação da Lei 11.638/07, o ágio deixou de ser amortizado.

Para fins de teste do valor recuperável do investimento, incluindo o valor do ágio, a Companhia contratou um laudo de avaliação econômico-financeira da participação da Uptick na Cosern, com base na metodologia de fluxo de caixa descontado e múltiplos.

O modelo de avaliação econômico-financeira baseado na metodologia de fluxo de caixa descontado determina o valor econômico da COSERN, calculando o valor presente dos fluxos de caixa projetados, ou seja, as receitas e despesas (incluindo os investimentos necessários para manter e expandir as atividades da empresa). Foram analisados indicadores internos e externos do segmento de distribuição de energia elétrica, a partir de premissas disponíveis no mercado.

A partir dos resultados apresentados no referido laudo concluímos, portanto, que o valor da Companhia investida em 2017, supera o montante do saldo contábil do investimento incluindo a parcela do ágio não amortizado, dessa forma não sendo requerido nenhum ajuste de *impairment*.

10. Impostos e Contribuições a Recolher

	2017	2016
Circulante		
IR s/ serviços de terceiros	-	1
PIS/ COFINS/ CSLL s/ serviços de terceiros	1	1
PIS a recolher	9	15
COFINS a recolher	43	69
	53	86

11. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O Capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é de R\$ 49.646.

A composição do capital social autorizado da Companhia, conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de dezembro de 1997, é de 200.000.000 de ações ordinárias,

nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais 52.437.003 ações encontram-se subscritas e integralizadas.

Acionistas	Nº de ações em 31 de dezembro de 2017
Ennesa Fundo de Investimento em Ações	52.437.002
Outros	1
Total	52.437.003

b) Reservas de Lucros

i) Reserva legal

Foi constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram constituídos os montantes de R\$ 560 e R\$ 533, respectivamente.

i) Reserva de Lucros a Realizar

O resultado da Companhia é composto basicamente pela equivalência patrimonial com a Controlada em conjunto COSERN. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia apresenta nesta reserva um saldo de R\$ 15.993 e R\$ 15.979, respectivamente.

A constituição desta reserva está em conformidade com o disposto no inciso II do artigo 202 da Lei 6.404/76, o qual define que o pagamento do dividendo poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar.

Movimentações - reservas de lucros	R\$ mil
Saldo das reservas de lucros em 31 de dezembro de 2015	23.927
Constituição de reserva legal em 31/12/2016 (reapresentado)	533
Absorção de reserva de lucros a realizar em 31/12/2016 (reapresentado)	(533)
Saldo das reservas de lucros em 31 de dezembro de 2016	23.927
Constituição de reserva legal em 31/12/2017	560
Constituição de reserva de lucros a realizar - efeito de dividendos prescritos na investida	14
Saldo das reservas de lucros em 31 de dezembro de 2017	24.501

c) Outros Resultados Abrangentes Reflexos

No patrimônio líquido, a demonstração de outros resultados abrangentes reflexos, em atendimento ao CPC 26(R1), inclui os ganhos e perdas, não realizados, decorrentes da mensuração a valor justo do ativo financeiro disponível para venda, líquida dos efeitos tributários, na controlada COSERN.

d) Resultado básico por ação

O cálculo de lucro por ação básico foi baseado no lucro líquido atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

e) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos não inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzidos das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

A composição dos montantes de dividendos e JCP deliberados em 2017 e 2016 está composta como segue:

				2017
Data	Ato societário	Tipo de Provento	Valor por ação ON (em R\$)	Valor Total
26/04/2017	Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	Dividendos	0,1252885708	6.570
02/10/2017	Assembleia Geral Extraordinária (*)	Dividendos	0,0033362309	175
28/12/2017	Reunião do Conselho de Administração	JCP	0,1045063540	5.480
				<u>12.225</u>

(*) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 2 de outubro de 2017 foram deliberados R\$ 175 a título de complemento dos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao lucro líquido do exercício de 2014, em função da reapresentação das demonstrações contábeis da Companhia no âmbito dos trabalhos de reapresentação da sua controlada em conjunto COSERN.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a administração da Companhia está propondo a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 5.171 em função do lucro do exercício a ser aprovada em assembleia da Companhia.

				2016
Data	Ato societário	Tipo de Provento	Valor por ação ON (em R\$)	Valor Total
25/04/2016	Assembleia Geral Ordinária (*)	Dividendos	0,0084585722	444
25/04/2016	Assembleia Geral Ordinária	Dividendos	0,0667467589	3.500
30/12/2016	Reunião do Conselho de Administração	JCP	0,07818906049	4.100
				<u>8.044</u>

(*) Dividendos complementares ao mínimo obrigatório relativos ao resultado do exercício de 2015.

A movimentação do saldo da conta de dividendos e JCP a pagar é composta como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.500
Dividendos e JCP declarados	8.044
Dividendos e JCP pagos	(6.444)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	4.100
Dividendos e JCP declarados	12.225
Atualização monetária de dividendos	22
Dividendos e JCP pagos	(10.867)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	5.480

A base de cálculo dos dividendos, bem como as antecipações efetuadas e o valor proposto relativo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é a seguinte:

	2017	2016 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	11.211	10.670
(-) Reserva Legal - 5%	(560)	(533)
Base de cálculo dos dividendos	10.651	10.137
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	2.663	2.534
JCP deliberados em RCA	5.480	4.100
Dividendos adicionais propostos	5.171	3.503
Total de Dividendos Propostos e/ou pagos no exercício	10.651	10.137

12. Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos, seja em outro ativo de risco.

a) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros da Companhia são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de controlada em conjunto, depósitos judiciais, e contas a pagar e fornecedores. Em

31 de dezembro de 2017 e 2016, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

Natureza	Categoria	2017		2016	
		Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	11.940	11.940	12.258	12.258
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	12	12	12	12
Contas a pagar à controladora	Outros passivos financeiros	5.480	5.480	4.275	4.275
Contas a pagar serviços prestados	Outros passivos financeiros	13	13	11	11

b) Risco de crédito

A contratação e o controle de operações financeiras são efetuados através de critérios gerenciais periodicamente revisados que consideram requisitos de solidez financeira, confiabilidade e perfil de mercado da entidade com a qual são realizadas.

c) Risco de fraude

A Companhia monitora todas as transações financeiras realizadas no curso do exercício não havendo nenhum indicio de erro intencional.

d) Risco de taxa de juros

O resultado financeiro da Companhia está suscetível a variações decorrentes das operações com aplicações financeiras em títulos públicos federais ou papéis pré-fixados indexados à média do CDI ou à Taxa Selic.

13. Receitas financeiras

	2017	2016
Renda de aplicações financeiras	653	781
Juros Selic s/ créditos tributários	220	296
Variação monetária de dividendos a pagar	(22)	-
	851	1.077

14. Despesas Operacionais

	2017	2016
Serviços de Terceiros	(389)	(298)
Tributos	-	(1)
Publicações	(179)	(48)
Contribuição a associações e entidades de classe	-	(5)
Outras	(25)	(19)
	(593)	(371)

15. Transações com Partes Relacionadas e Remuneração dos Administradores

A Companhia é controlada pelo Ennesa Fundo de Investimento em Ações, sendo este controlado pelos seguintes fundos de pensão: (a) FACHESF - Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social, (b) FASERN - Fundação Cosern de Previdência Complementar, (c) Fundação Itaú Unibanco – Previdência Complementar, (d) FUNCASAL - Fundação Casal de Seguridade Social, (e) CELPOS – Fundação Celpe de Seguridade Social, (f) FAELCE - Fundação Coelce de Seguridade Social.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

A remuneração dos administradores é realizada integralmente pelos controladores (Fundos de pensão). A Companhia não realizou qualquer pagamento ao pessoal-chave da administração, assim como não há remuneração baseada em ações da própria Companhia ou incentivos de longo prazo.

* * *

Helder Rocha Falcão – Diretor Presidente e de Relação com Investidores

Marcílio Quintino Correia da Silva – Diretor Administrativo

Francisco Camurça Júnior – Diretor Financeiro

Flávio Freitas Thomaz Pereira – Contador CRC RJ 081603/O-0